



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201940600589	Distribuição: 22/04/2019
Número Único: 0020578-47.2019.8.25.0001	Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Acidente de Trânsito

Dados das Partes

Requerente: MICHELLE EVANGELISTA PINTO
Endereço: Rua Acre
Complemento:
Bairro: Siqueira Campos
Cidade: Aracaju - Estado: SE - CEP: 49075010
Advogado(a): PAULO HENRIQUE DE MELO COELHO 23471/BA
Advogado(a): RICARDO LOPES HAGE 48114/BA
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: Rua Senador Dantas
Complemento: (5º Andar)
Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20031205



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600589

DATA:

22/04/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201940600589, referente ao protocolo nº 20190419082300074, do dia 19/04/2019, às 08h23min, denominado Procedimento Comum, de Acidente de Trânsito.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



HAGE & COELHO
Advogados Associados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA CÍVEL
DA COMARCA DE ARACAJÚ – SERGIPE.

URGENTE – SAÚDE

PETIÇÃO INICIAL

JUSTIÇA GRATUITA

ACIDENTE DE TRÂNSITO

INVALIDEZ PERMANENTE

SEGURO DPVAT

MICHELLE EVANGELISTA PINTO, brasileira, solteiro, autônoma, inscrita no CPF sob o nº 032.867.785-08 e no RG nº 32813279, residente e domiciliado na Rua Acre, 675, Siqueira Campos, Aracajú-Sergipe, CEP: 49075-010, (endereço eletrônico: **hageecoelho.dpvat@gmail.com**), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio do seu procurador que esta subscreve, propor a presente

<p>AÇÃO DE COBRANÇA c/c PEDIDO INCIDENTAL DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS</p>
--

Em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa Jurídica de direito Privado, inscrita no CPNJ sob o n. 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, n. 74, 5º Andar, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20031-205, (endereço eletrônico

End. Avenida Luis Viana, nº 7532, Edifício Cosmopolitan, sala 402, Alphaville 1, Salvador-BA.

📍 Cep: 41.701-005

☎ Tel: (71) 3231-2553

📞 Cel: (71) 99221-1918

✉ Email: hageecoelho.dpvat@gmail.com

desconhecido), onde deverá ser citada, na pessoa de seu representante legal, pelos fatos e fundamentos de direito que passa a expor:

1. DA JUSTIÇA GRATUITA

O Requerente se declara pobre no sentido legal e, por isso, não podendo arcar com as despesas e custas processuais sem prejuízo de sua própria manutenção, com isso, requer que seja concedido os benefícios da assistência judiciária, *ex-vi* da **Lei n.º 1.060/50** e legislação posterior.

A propósito, o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que o benefício da assistência judiciária pode ser concedido de ofício pelo Juiz (STJ, 6.^a T., REsp 103.240-RS, rel. Min. Vicente Leal, j. 22.4.97, v.u., DJU 26.5.97, p. 22.579) ou, ainda, mediante pedido formulado pelo Advogado da parte (Lex-JTA 146/209; JTA 149/238), tornando-se despendicienda a juntada de *"atestado, declaração de pobreza ou até mesmo a CTPS"*.

Sobre mais, a lei não exige para a concessão da Justiça Gratuita a miséria absoluta, nem que o requerente ande descalço.

O conceito de pobreza estabelecido pelo legislador é o do orçamento apertado, de modo que haja prejuízo do sustento do próprio requerente ou de sua família (TJRJ, 6.^a CC, Ap. 3.540, 20.11.89, rel. Des. Rui Domingues, in ADV JUR, p. 141, v. 48178).

Nesse diapasão, o E. Tribunal de Justiça de São Paulo proferiu acórdão com ementa vazada nestes termos:



HAGE & COELHO
Advogados Associados

"A condição de pobreza, enquanto requisito da concessão do benefício da justiça gratuita, adscrevendo-se à impossibilidade de custeio do processo, sem prejuízo próprio ou da família, não sofre com a circunstância eventual de a parte ter bens, móveis ou imóveis, se esses nada lhe rendem, ou se o que rendem não lhe evitaria aquele prejuízo" (TJSP, 2.^a CC, AI 162.627-1/8, 4.2.92, rel. Des. Cezar Peluso, in RT 678/88).

De outra face, a concessão do benefício da assistência judiciária não está condicionada ao patrocínio da causa pela Defensoria Pública ou Advogado Particular que pode ser até mesmo ser "**Pro Bono**", cf. entendimento do E. STJ, *in verbis*:

"Ao necessitado a legislação assegura o direito de ser assistido em juízo, gratuitamente, por advogado de sua escolha, quando este aceita o encargo, independentemente da existência de Defensoria Pública" (STJ-Bol. AASP 1.703/205).

Portanto, requer a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, tendo em vista a impossibilidade de a parte Autora arcar com o pagamento das custas processuais sem o efetivo prejuízo do sustento próprio e de sua família, conforme declaração de hipossuficiência anexa, de acordo com o artigo 1º da Lei n. 7.115/83.

2. DOS FATOS

End. Avenida Luis Viana, nº 7532, Edifício Cosmopolitan, sala 402, Alphaville 1, Salvador-BA.

📍 Cep: 41.701-005

☎ Tel: (71) 3231-2553

📞 Cel: (71) 99221-1918

✉ Email: hageecoelho.dpvat@gmail.com



HAGE & COELHO
Advogados Associados

Primeiramente, cumpre mencionar que a parte autora envolveu-se em acidente de trânsito no dia 08/07/2017 (doc. anexo), sofrendo lesões que lhe acarretaram sequelas definitivas.

Após tramitação de processo administrativo, a Ré reconheceu a existência dos danos corporais sofridos pelo Autor, autorizando em 09/11/2017, o pagamento da verba indenizatória no total de R\$ 1.687,50 (Hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Impende destacar que **este pagamento se deu por meio de avaliação médica da Ré, elaborada de modo absolutamente unilateral, a qual enquadrou as sequelas sofridas pelo Autor como sendo de grau leve, não lhe oportunizando sequer o exercício de qualquer contraditório.**

Ocorre, Excelência, que **as lesões suportadas pelo Autor lhe acarretaram grave invalidez permanente,** tal como comprova a documentação médica acostada aos autos da presente ação.

Diante deste quadro fático, **resta evidente o direito do Autor à complementação da indenização securitária** do Seguro Obrigatório DPVAT, conforme será demonstrado doravante.

3. DA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Atendendo ao quanto disposto no art. 319, VII do CPC/15, a parte autora informa, desde já, **que não possui interesse na conciliação.**

Isso porque, diante da análise de casos análogos, verifica-se que a parte ré não oferece proposta de acordo sem que haja o laudo médico pericial atestando as sequelas suportadas pela parte autora, razão pela qual, por oportuno, requer seja designada a perícia médica judicial.

End. Avenida Luis Viana, nº 7532, Edifício Cosmopolitan, sala 402, Alphaville 1, Salvador-BA.

📍 Cep: 41.701-005

☎ Tel: (71) 3231-2553

📞 Cel: (71) 99221-1918

✉ Email: hageecoelho.dpvat@gmail.com



HAGE & COELHO
Advogados Associados

Vale dizer, ainda, que, em ações dessa natureza, é comum que a proposta de conciliação seja feita após a confecção de laudo pericial pelo Sr. Expert.

4. DO GRAU DE INVALIDEZ DE ACORDO COM AS SEQUELAS SUPOSTADAS – INDENIZAÇÃO DEVIDA NA ÍNTEGRA.

Conforme se depreende da análise dos documentos anexos, nota-se que o acidente acometeu a parte Autora ocorreu já na vigência da Medida Provisória n. 451/2008, convertida na Lei n. 11.945/2009, aplicando-se ao caso a tabela de graduação de danos pessoais e valores indenizáveis para o pagamento do prêmio do Seguro Obrigatório DPVAT.

Destaca-se ainda que, no atual ordenamento jurídico pátrio, o grau da lesão ganhou grande repercussão e importância, somente sendo efetuado o pagamento do prêmio após ser apurada a sequela e a sua extensão.

Entretanto, no caso em tela, essa graduação, que, diga-se mais uma vez, foi elaborada de modo unilateral pela Ré, bem como o posterior e parcial pagamento administrativo, não condizem com a realidade suportada pela parte autora, a qual, após o acidente de trânsito sofrido, **apresenta a total debilidade de membro e função.**

Por oportuno, afirma-se categoricamente que, após o referido acidente, a parte autora nunca mais será a mesma, tendo em vista que as suas atividades cotidianas desenvolvidas anteriormente, jamais voltarão a ser tais como antes, no que diz respeito tanto a sua perfeição quanto a sua completude.

Isso se dá pelo fato de que o corpo humano ser um conjunto complexo e coordenado de estruturas e funções, sendo que para o correto

End. Avenida Luis Viana, nº 7532, Edifício Cosmopolitan, sala 402, Alphaville 1, Salvador-BA.

📍 Cep: 41.701-005

☎ Tel: (71) 3231-2553

📞 Cel: (71) 99221-1918

✉ Email: hageecoelho.dpvat@gmail.com

funcionamento de qualquer função, essa estrutura precisa estar intacta, o que não é o caso.

Assim, a indenização adequada não pode deixar de observar a real capacidade laborativa apresentada pela parte autora, qual, vale ressaltar, encontra-se permanentemente reduzida.

É fato incontroverso que o Autor não mais possui o mesmo desempenho funcional de antes do evento danoso. Sobre isso, estabelece a jurisprudência¹ que, para a quantificação do valor a ser pago a título de seguro obrigatório por acidente de trânsito, deve-se considerar a incapacidade para o trabalho que a vítima exercia antes de acidentar-se e não a sua incapacidade geral.

Deste modo, ante a função social exercida pelo Seguro DPVAT, e a necessidade de indenização da parte autora de acordo com a real extensão de suas sequelas, inclusive os danos que envolvem a sua capacidade laborativa, merece a mesma ter sua indenização definida com base na integralidade da verba indenizatória do Seguro Obrigatório.

Levando-se em consideração que o teto indenizatório do seguro DPVAT é o valor de R\$ 13.500,00, bem com que já foi pago administrativamente pela Ré o valor de R\$ 1.687,50, esta deve ser compelida a indenizar o valor remanescente de **R\$ 11.812,50** (Onze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

¹ TJSP, EI nº 1060303012, 30ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. Lino Machado, j. 10/12/08



HAGE & COELHO
Advogados Associados

5. DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Em primeiro lugar, impende destacar que a relação jurídica existente entre segurado e Seguradora se trata de típica relação de consumo, pois enquadra-se no art. 3º, § 2º do Código de Defesa do Consumidor.

Assim, pelo fato da matéria tratada na presente demanda envolver a aplicação do CDC, pacífico é o entendimento da necessidade de inversão do ônus da prova, a fim de que **a Ré apresente nos autos o processo administrativo que deu ensejo ao pagamento administrativo a menor da verba indenizatória efetivamente devida, bem como, assuma o ônus decorrente da produção da prova pericial.**

Recentemente o e. TJ/SP decidiu sobre a matéria:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – RELAÇÃO DE CONSUMO – INVERSÃO DO CUSTEIO DA PROVA. - **A relação travada entre a seguradora e o beneficiário do seguro DPVAT é de consumo, na forma prevista pelo art. 3º do Código de Defesa do Consumidor, devendo ser aplicado o regramento respectivo, inclusive com a possibilidade de inversão do ônus da prova (art. 6º, inciso VIII, do CDC). Seguradora que deverá custear os honorários do perito particular nomeado pelo MM. Magistrado;** AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.
(TJ-SP 22114165420178260000 SP 2211416-54.2017.8.26.0000, Relator: Maria Lúcia Pizzotti, Data de Julgamento: 09/05/2018, 30ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 17/05/2018) (Grifos nossos).

Conforme o entendimento acatado pelo e. Tribunal do Estado de São Paulo, são plenamente aplicáveis as disposições constantes do Código de

End. Avenida Luis Viana, nº 7532, Edifício Cosmopolitan, sala 402, Alphaville 1, Salvador-BA.

📍 Cep: 41.701-005

☎ Tel: (71) 3231-2553

📞 Cel: (71) 99221-1918

✉ Email: hageecoelho.dpvat@gmail.com



HAGE & COELHO
Advogados Associados

Defesa do Consumidor nas ações de cobrança do seguro DPVAT, em especial, a que diz respeito à inversão do ônus *probandi*.

6. DO DIREITO À CORREÇÃO MONETÁRIA – INCIDÊNCIA DO ART. 76, DA LEI Nº 4.506/64

A correção monetária, introduzida no direito pátrio por meio da Lei nº 4.506/64, não constitui um acréscimo patrimonial à parte, mas sim um importante mecanismo de reposição do poder aquisitivo da moeda, conforme entendimento já sedimentado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

A correção monetária não se constitui em um 'plus', senão em uma mera atualização da moeda, aviltada pela inflação, impondo-se como um imperativo de ordem jurídica, econômica e ética. Jurídica, porque o credor tem o direito tanto de ser integralmente ressarcido dos prejuízos da inadimplência, como o de ter por satisfeito, em toda a sua inteireza, o seu crédito pago com atraso. Econômica, porque a correção nada mais significa senão um mero instrumento de preservação do valor do crédito. Ética, porque o crédito pago sem correção importa em um verdadeiro enriquecimento sem causa do devedor, e a ninguém é lícito tirar proveito de sua própria inadimplência.²

Desse modo, embora omissa a Medida Provisória n. 340/2006 - convertida na Lei n. 11.482/2007 - quanto à forma de atualização da verba indenizatória do Seguro DPVAT, a mesma deve ser interpretada em conjunto com os artigos 4º e 5º da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro,

² RSTJ 74/387.



HAGE & COELHO
Advogados Associados

bem como, com a Lei n. 4.506/64, que instituiu a correção monetária no direito brasileiro.

Isso porque a atualização monetária não importa em acréscimo no valor originário, atuando tão somente como mecanismo de compensação dos efeitos da inflação, impedindo, assim, a desvalorização do valor real da moeda, bem como o enriquecimento ilícito de uma das partes em detrimento da injusta redução patrimonial da outra.

Ante o exposto, necessário se faz a atualização monetária da verba indenizatória do Seguro Obrigatório DPVAT, inclusive para que não reste prejudicada a finalidade social desta modalidade de seguro.

6.2 DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA – contagem a partir do evento danoso, conforme STJ e TJ/BA.

Recentemente, o E. Tribunal de Justiça do Estado do Bahia, na mesma linha do entendimento do E. STJ, definiu que o termo inicial para a correção monetária é contado a partir da data do evento danoso, senão vejamos:

APELAÇÃO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. REJEIÇÃO DA PRELIMINAR. MÉRITO. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. DEBILIDADE PERMANENTE PARCIAL. RECEBIMENTO ADMINISTRATIVO, PELO SEGURADO, DE QUANTIA INFERIOR ÀQUELA EXPRESSAMENTE PREVISTA EM LEI. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO. INDENIZAÇÃO FIXADA, ENTRETANTO, EM VALOR SUPERIOR AO DEVIDO. REDUÇÃO. **CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. ENTENDIMENTO DA SÚMULA Nº 580 DO STJ.** PREQUESTIONAMENTO. SENTENÇA REFORMADA, PARA REDUZIR A CONDENAÇÃO. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Classe: Apelação, Número do Processo:

End. Avenida Luis Viana, nº 7532, Edifício Cosmopolitan, sala 402, Alphaville 1, Salvador-BA.

📍 Cep: 41.701-005

☎ Tel: (71) 3231-2553

📞 Cel: (71) 99221-1918

✉ Email: hageecoelho.dpvat@gmail.com



HAGE & COELHO
Advogados Associados

0512201-47.2016.8.05.0080, Relator (a): Dinalva Gomes Laranjeira Pimentel, Segunda Câmara Cível, Publicado em: 27/04/2018)

(TJ-BA - APL: 05122014720168050080, Relator: Dinalva Gomes Laranjeira Pimentel, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 27/04/2018)

Dessa forma, a fim de evitar um maior prejuízo à parte autora, requer, desde já, a condenação da seguradora ao pagamento da atualização monetária dos valores recebidos administrativamente, bem como dos valores devidos a título de complementação da indenização, a contar da data do evento danoso.

7. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – Verba de caráter alimentar – vedada a compensação.

Em face dos fatos apresentados, verifica-se que a Seguradora Ré deu causa ao ajuizamento da presente ação, tendo em vista o acidente de trânsito sofrido pela parte autora associado à inadequada indenização realizada na via administrativa.

Assim, com fundamento no princípio da causalidade, deve a Acionada ser condenada, também, ao pagamento dos honorários advocatícios aos patronos da parte autora, diante da sucumbência da mesma, ainda que porventura venha a ser parcial.

Com efeito, os honorários constituem verba de caráter alimentar sendo vedada a compensação. Sobre a questão, definem Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery:

“Pelo princípio da causalidade, aquele que deu causa a propositura da demanda ou à instauração do incidente

End. Avenida Luis Viana, nº 7532, Edifício Cosmopolitan, sala 402, Alphaville 1, Salvador-BA.

📍 Cep: 41.701-005

☎ Tel: (71) 3231-2553

📞 Cel: (71) 99221-1918

✉ Email: hageecoelho.dpvat@gmail.com



HAGE & COELHO
Advogados Associados

processual deve responder pelas despesas daí decorrentes. Isto porque, às vezes, o princípio da sucumbência se mostra insatisfatório para a solução de algumas questões sobre responsabilidade pelas despesas do processo. [...] (Código de processo civil comentado e legislação extravagante. 14^a ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 82). ”.

Ademais, registra-se que a compensação é expressamente vedada pelo art. 85, § 14º do CPC/15, posto que é verba de natureza alimentar, *in verbis*:

Art. 85, § 14. Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.

Dessa forma, com o advento do Novo Código de Processo Civil, a Súmula 306 do STJ, a qual contém entendimento contrário ao exposto, restou prejudicada.

Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se concluir que a compensação de honorários advocatícios ofende a sua natureza alimentar, tendo em vista que se tratam de meios de subsistência dos advogados.

8. DOS PEDIDOS

Ex positis, requer a V. Exa.:

End. Avenida Luis Viana, nº 7532, Edifício Cosmopolitan, sala 402, Alphaville 1, Salvador-BA.

📍 Cep: 41.701-005

☎ Tel: (71) 3231-2553

📞 Cel: (71) 99221-1918

✉ Email: hageecoelho.dpvat@gmail.com

- a) a citação da Ré, nos termos do artigo 246 CPC/15, na pessoa de seu representante legal, para que, querendo, conteste o feito, sob as penas da confissão e revelia;
- b) a realização de perícia médica judicial, conforme já salientado nesta exordial;
- c) a determinação para que a Ré apresente, no prazo da defesa, todos os documentos que instruíram o processo administrativo;
- d) o reconhecimento da relação de consumo, com a consequente aplicação do Código de Defesa do Consumidor, sobretudo quanto à inversão do ônus da prova;
- e) a procedência do pedido de complementação da indenização do seguro DPVAT, conforme avaliação médica judicial, no importe de **R\$ 11.812,50** (Onze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), devidamente acrescida de juros, a contar da citação, e correção monetária, a contar do evento danoso;
- f) a procedência do pedido de pagamento de correção monetária incidente sobre a verba indenizatória parcial recebida administrativamente pela parte Autora, a contar do evento danoso até a data do efetivo pagamento parcial;
- g) a condenação da ré ao pagamento de custas processuais e honorários de sucumbência no importe de 20% sobre o valor atualizado da causa.

Postula-se, também, a produção de todos os meios de prova em direito admitidos, notadamente prova pericial, oitivas de testemunhas, juntada ulterior de documentos, além de outras que se mostrem necessárias.

Requer, ainda, a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, tendo em vista a impossibilidade de a parte Autora arcar com o pagamento



HAGE & COELHO
Advogados Associados

das custas processuais sem o efetivo prejuízo do sustento próprio e de sua família, conforme declaração de hipossuficiência anexa.

Por fim, requer sejam todas as intimações feitas em nome dos advogados RICARDO LOPES HAGE, OAB/BA 48.114, e PAULO HENRIQUE DE MELO COELHO, OAB/BA 23.471, devendo ser todas as comunicações necessárias enviadas para o endereço eletrônico: **hageecoelho.dpvat@gmail.com**.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 11.812,50** (Onze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Nestes termos, pede deferimento.

Aracajú, 19 de abril de 2019.

RICARDO LOPES HAGE

OAB/BA 48.114

PAULO H M COELHO

OAB/BA 23.471

End. Avenida Luis Viana, nº 7532, Edifício Cosmopolitan, sala 402, Alphaville 1, Salvador-BA.

📍 Cep: 41.701-005

☎ Tel: (71) 3231-2553

📞 Cel: (71) 99221-1918

✉ Email: hageecoelho.dpvat@gmail.com

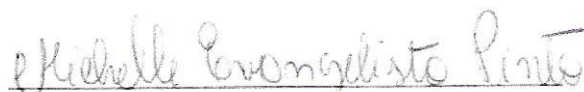
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: MICHELLE EVANGELISTA PINTO, CPF 032.867.785-68, RESIDENTE NA RUA ACNE, 675, SIAFIVA CAMPUS, AMATUÍSE.

OUTORGADOS: RICARDO LOPES HAGE, brasileiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia, sob o número 48.114, CEMI JORGE HAGE NETO, brasileiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia, sob o número 43.274 e PAULO HENRIQUE DE MELO COELHO, brasileiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia, sob o número 23.471, com escritório na Avenida Luis Viana, número 7532, Edifício Cosmopolitan, Quarto Andar, Sala 402, Alphaville 1, CEP: 41.701-005, Salvador/BA.

Por este instrumento particular de mandato, o outorgante confere ao(s) outorgado(s) plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *ad judicium* et extra, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo uma e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando, conferindo-lhe, ainda, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, conforme estabelecido no art. 105 do CPC, podendo os outorgados requererem a expedição de ordem de pagamento, requisição ou alvará de levantamento, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, enfim, praticar todos os atos processuais que ache oportuno e conveniente para o fiel cumprimento deste mandato, dando tudo por bom, verdadeiro, firme e valioso.

Salvador/BA, ____ de ____ de 2019.



Outorgante

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Nome:	MICHELLE EVANGELISTA PINTO		
Nacionalidade:	BRASILEIRA		
Estado Civil:	SOLTEIRA	Profissão:	AUTONOMA
RG:	32813279	CPF:	032867785-08
Endereço:	RUA ACNE		
Nº	675	Bairro:	SILVEIRA AMPAS
Complemento:			
Cidade/UF:	AMATUÍ/SP	CEP:	14075-010

DECLARA, para fins de requerer os benefícios da Gratuidade da Justiça, com base no inciso LXXIV, do artigo 5º, da Constituição Federal, e artigo 98 e seguintes, da Lei 13.105/2015, que neste momento, não dispõe de recursos para satisfação das despesas processuais, vez que todos os recursos estão sendo destinados ao sustento próprio.

A declaração é feita nos termos da Lei n. 7.115/83, que em seu art. 1º, assim dispõe: "A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da lei, presume-se verdadeira".

Local/Data: 20 DE MARÇO DE 2019.

Michele Evangelista Pinto.

Esta fatura foi fechada em

29 JAN 2019

Valor total

R\$

360,57

Vencimento

11 FEV 19

Pagamento programado no cartão de crédito

RESUMO

R\$

Saldo da fatura anterior	0,00
Pacotes e Combos	399,86
Equipamentos	68,78
Lançamentos Variáveis	101,04
Descontos	-209,11
Total	360,57

Para mais detalhes, consulte o verso deste demonstrativo.

A falta de pagamentos de fatura implicará no corte do sinal após 16 dias, além de juros de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor.

Fique Ligado



A partir desta fatura você receberá o(s) DESCONTO FOX PREMIUM 100%. Você será comunicado quando o desconto chegar ao fim.



Você adquiriu FOX PREMIUM. Esta fatura traz o(s) valor(es) do(s) dia(s) utilizado(s).



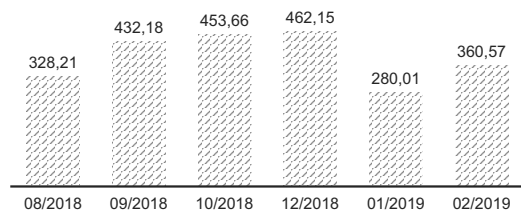
Não foi possível processar o pagamento da sua fatura. Se tiver alguma dúvida, entre em contato com seu banco.



Esta fatura apresenta cobrança referente ao seu acordo de parcelamento de dívida.



Histórico de faturas



Consulte a sua fatura online.
É simples e rápido!



Baixe o app Minha Sky no
Google Play ou App Store

Acesse:
sky.com.br/minhasky

Fatura nº
400587497246

ATENÇÃO: Conta em Débito Recorrente em Cartão de Crédito. Saldo total para pagamento. Caso não ocorra o débito automático, utilize esta conta para pagamento em dinheiro em qualquer banco credenciado. Encargos por atraso serão cobrados na próxima fatura.

Autenticação Mecânica

Para Uso do Banco

Pague sua conta nos bancos credenciados: Santander, Itaú, Bradesco, Banco do Brasil e Caixa Econômica



CLIENTE: MICHELLE EVANGELISTA PINTO
Rua Acre, 675, Siqueira Campos
Aracajú-Sergipe - CEP: 49075-010

TOTAL R\$ 360,57
Vencimento 11/02/19

84860000003-1 60570379150-7 71564840400-8 58749724622-5

Autenticação Mecânica: *** Cliente Optante por pagamento recorrente em Cartão de Crédito***



Acompanhe o Processo de Indenização

Início do conteúdo

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3170471361 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MICHELLE EVANGELISTA PINTO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO GVS CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

BENEFICIÁRIO MICHELLE EVANGELISTA PINTO

CPF/CNPJ: 03286778508

Posição em 08-04-2019 15:04:27

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento. O valor abaixo será creditado na conta que você indicou no formulário de autorização de pagamento. O prazo para o banco confirmar o pagamento é de até 5 dias úteis. Caso não identifique o valor em sua conta após esse período, volte a consultar o processo aqui no site.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
09/11/2017	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
16/11/2017	Pagamento de Indenização, com memória de cálculo de invalidez	

28/10/2017	Interrupção de Prazo	
05/09/2017	Aviso de Sinistro	
05/09/2017	Exigência Documental	

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
MINISTÉRIO DAS CIDADES		
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO		
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO		
VALIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS 1359725025	NOME MICHELLE EVANGELISTA PINTO	
	DOC. IDENTIDADE / OUTRO IDENTIFICADOR 32813279 SSP SE	
	CPF 032.867.785-08	DATA NASCIMENTO 25/06/1988
	FILIAÇÃO GENIVALDO SANTOS PINTO RITA EVANGELISTA PINTO	
	PERMISSÃO <input checked="" type="checkbox"/>	ACOL <input checked="" type="checkbox"/>
INSCRIÇÃO 06480602030	VALIDADE 18/09/2020	EXPIRAÇÃO 22/10/2015
PROVISÓRIO PLASTIFICAR 1359725025	OBSERVAÇÃO SEM OBSERVAÇÃO	
	Assinatura do Portador <i>Michelle Evangelista Pinto</i>	
	LOCAL ARACAJU, SE	DATA DE EMISSÃO 28/12/2016
	LUIZ DE ASSIS COSTA NETO DIRETOR - PRESIDENTE	
	DETRAN-SE (SERGIPE)	



AUTO-ATENDIMENTO - AG. ITABAIANA
DATA: 16/03/2019 HORA: 14:22:31
TERMINAL: 05611526 CONTROLE: 056115260431

AGÊNCIA: 2261 - PRINCESA DA SERRA
CONTA: 013.00004994-5
CLIENTE: MICHELLE EVANGELISTA PINTO

EXTRATO MENSAL PARA SIMPLES CONFERÊNCIA
ÚLTIMOS 30 DIAS

SALDOS POR DATA LIMITE

DEPÓSITOS REALIZADOS ATÉ 03/05/2012

DATA	VALOR
20/02	0,00
23/02	0,00
16/03	0,00
17/03	0,00

DEPÓSITOS REALIZADOS A PARTIR DE 04/05/2012

DATA	VALOR
20/02	223,43
21/02	210,83
23/02	328,14
24/02	1.511,16
26/02	402,98
01/03	76,96
02/03	101,87
03/03	51,14
05/03	152,24
07/03	1.026,30
10/03	1.018,72
11/03	1.528,09
13/03	205,26
16/03	918,51
17/03	415,39
18/03	1.511,16

MOVIMENTAÇÃO

DATA	NR.DOC	HISTÓRICO	VALOR
SALDO ANTERIOR			9.635,86C

Fevereiro

16/02	000000	REM BASICA	0,00C
16/02	000000	CRED JUROS	3,39C
17/02	000000	REM BASICA	0,00C
17/02	000000	CRED JUROS	1,53C
18/02	000000	REM BASICA	0,00C
18/02	000000	CRED JUROS	5,57C
20/02	000000	REM BASICA	0,00C
20/02	000000	CRED JUROS	0,83C
21/02	000000	REM BASICA	0,00C
21/02	000000	CRED JUROS	0,78C
23/02	000000	REM BASICA	0,00C
23/02	000000	CRED JUROS	1,21C
24/02	000000	REM BASICA	0,00C
24/02	000000	CRED JUROS	5,59C
26/02	000000	REM BASICA	0,00C
26/02	000000	CRED JUROS	1,49C

Março



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - SE
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

000007026749 012447891646

1 01082540834 00000000000 2016

MICHELLE EVANGELISTA PINTO

032.067.785-08 OKV8680

0044317/SE 9CEJC4830GR008510

PAS/MOTONETA/
ALCO/6ASOL

HONDA/BIZ 125
2016 2016

2P/9CV/124CC
PARTIC BRANCA

AL.FIDUC.-ADM. DE FIDUCS. MAC. HONDA LTD
ITABAIANA-SE
18/04/2016

SE N° 012447891646 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.dpvatsegurodotransito.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

032.067.785-08 OKV8680

01082540834 HONDA/BIZ 125

2016 09 9CEJC4830GR008510

PRÊMIO TARIFÁRIO

129,03 14,33 143,37

4,15 1,11 292,01

SEGURADORA LÍDER - DPVAT
CNPJ 09.348.008/0001-04
www.seguradoralider.com.br
OUT-2015

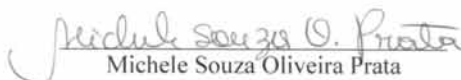


HOSPITAL DR PEDRO GARCIA MORENO FILHO

Itabaiana, 16 de Agosto de 2017.

CARTA DE CORREÇÃO

Vimos pelo presente, comunicar-lhes que no campo **atendimento** onde consta **queda** o correto é **queda de moto**, conforme consta na ficha de atendimento da Sr^a. Michelle Evangelista Pinto, a qual deu entrada nesta Unidade Hospitalar dia 08/07/2017 às 18h12min.


Michele Souza Oliveira Prata
Gerente Administrativo
Hospital Regional de Itabaiana

Av. 13 de Junho, 776 – Centro – Fone: 79 3432-9200 – Fax: 79 3432-9233 – Itabaiana – Sergipe



Alergia
 Angiologia
 Cardiologia
 Cirurgia Geral
 Cirurgia Infantil
 Cirurgia Plástica
 Cirurgia Vascular
 Dermatologia
 Endocrinologia
 Ginecologia
 Mastologia
 Medicina do Trabalho
 Nefrologia
 Neurologia
 Neurocirurgia
 Neuropediatria
 Obstetrícia
 Oftalmologia
 Ortopedia
 Otorrinolaringologia
 Pediatria
 Psicologia
 Psiquiatria
 Urologia

Relatório Médico

O paciente Wesley Evangelista
Rento, 26 anos, esteve nesta
 unidade de saúde no dia 12/07/2017
 com ferida infectada e ausência
 de sutura no joelho direito
 proveniente de trauma cortico contuso
 ocorrido por queda de moto-
 cicleta no dia 08/07/2017. Até
 o presente momento vem fazendo
 acompanhamento para tratamento
 da ferida que está em processo
 de cicatrização. Desde o dia do

OBS: ESTE RECEITUÁRIO NÃO PODE SER USADO COMO RECIBO
 Matriz: Av. 13 de Junho, 695 - Tel: (79) 3421.5000 - Itabaiana/SE
 Filial: Rua Simpício Francisco de Souza, 202 - Tel.: (79) 3411-3200 - 99856-0015
 Nossa Senhora da Glória-SE
 www.semediclinicahospital.com.br

Audiometria
 Cirurgia Convencional
 Colpocitologia
 Consultas Médicas
 Densitometria Óssea
 Ecocardiograma
 Eletrocardiograma Computadorizado
 Eletroencefalograma Digital
 Espirometria
 Fisioterapia
 Hemodiálise
 Holter
 Internamento (Adulto e Infantil)
 Laboratório de Análises Clínicas
 Laparoscopia
 Mamografia de Alta resolução
 Mapa
 Peniscopia
 Raio X Simples e Contrastado
 Duplex-Scan Vascular
 Teste Ergométrico Computadorizado
 Tomografia
 Ultrassonografia com Doppler Color
 Ultrassonografia 3D
 Urodinâmica
 Vídeo Colposcopia
 Vídeo Endoscopia Digestiva
 Cirurgia vídeo-laparoscópica
 Colangopancreatografia
 Histeroscopia
 Retossigmoidoscopia flexível
 Vídeo-colonoscopia
 Vídeo-rinolaringoscopia
 Urodinâmica
 Densitometria óssea
 Tomografia computadorizada (multifase)

MS/DATASUS		HOSPITAL REG DR PEDRO GARCIA MORENO	
No. DO BE: 439026		DATA: 08/07/2017	HORA: 18:12
CNS:		SETOR: 05-SUTURA	USUARIO: JPEREIRA
IDENTIFICACAO DO PACIENTE			
NOME	: MICHELLE EVANGELISTA PINTO	DOC....	: 00
IDADE.....	: 29 ANOS	NASC: 25/06/1988	SEXO...: FEMININO
ENDERECO.....	: RUA VINTE OITO DE AGOSTO	NUMERO:	: 1086
COMPLEMENTO....	: CASA	BAIRRO:	: CENTRO
MUNICIPIO.....	: ITABAIANA	UF: SE	CEP....: 49500-000
NOME PAI/MAE...	: GENIVALDO SANTOS PINTO	/RITA EVANGELISTA PINTO	
RESPONSAVEL....	: O PROPRIO	TEL....	: NAO TEM
PROCEDENCIA....	: ITABAIANA - CENTRO - SE		
ATENDIMENTO....	: QUEDA		
CASO POLICIAL..	: NAO	PLANO DE SAUDE.....	: NAO
ACID. TRABALHO:	: NAO	VEIO DE AMBULANCIA:	: NAO
TRAUMA:	: NAO		
PA: [X]	mmHg []	PULSO: []	TEMP.: []
PESO: []			
EXAMES COMPLEMENTARES:	[] RAIO X	[] SANGUE	[] URINA
	[] LIQUOR	[] ECG	[] TC
			[] ULTRASSONOGRAFIA
SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO			
DADOS CLINICOS:		DATA PRIMEIROS SINTOMAS:	
<p><i>Queixa de dor, amarelado, consciente, desorientado</i> <i>verbalizando, sem dor, sem febre</i> <i>22/06/17 Dr. Gerson: 15</i> <i>EF - Sutura na pele D</i> <i>Re de pele D</i></p>		<p><i>B = M V D</i></p>	
ANOTACOES DA ENFERMAGEM:			
DIAGNOSTICO:			
PRESCRICAO		HORARIO DA MEDICACAO	
<p><i>01 - Propofol 1mg IV - 18:45hs</i></p>		<p><i>Sux</i> <i>Levante</i></p>	
DATA DA SAIDA: / /			
ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO		HORA DA SAIDA: :	
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO		[] DESISTENCIA	
INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):			
TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):			
OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS		[] FAMILIA [] IML [] ANAT. BATOL	
<p><i>Genivaldo S</i></p>		<p><i>648</i></p>	
ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL		ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO	

17/08/2017

Departamento da Polícia Civil - Boletim de Ocorrência



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



DELEGACIA DA MULHER-ITABAIANA

CENTRO FONE:() 3431-8513

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2017/06551.0-001145 - Alterado

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA DA MULHER-ITABAIANA

Endereço: CENTRO FONE:() 3431-8513

FATO

Data e Hora do Fato: 08/07/2017 - 18:00 até 08/07/2017 - 18:00

Endereço: AVENIDA MANOEL FRANCISCO TELES, PRÓXIMO A ILDA FRUTAL Número: Complemento: CEP: 49500-000

Bairro: CENTRO Cidade: ITABAIANA - SE Circunscrição: DELEGACIA DA MULHER-ITABAIANA

Tipo de local: OUTROS Meio Empregado: NENHUM

VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: MICHELLE EVANGELISTA PINTO

Nome do pai: GENIVALDO SANTOS PINTO Nome da mãe: RITA EVANGELISTA PINTO

Pessoa: Física CPF/CGC: 032.867.705-08 RG: 32813279 UF: SE Órgão expedidor:

Naturalidade: ITABAIANA Data de nascimento: 25/06/1988 Sexo: Feminino Cor da pele:

Profissão: AUTÔNOMA Estado civil: Não informado Grau de instrução:

Endereço: RUA 28 DE AGOSTO Número: 1086 Complemento: APARTAMENTO

CEP: Bairro: CENTRO Cidade: ITABAIANA UF: SE

Proximidades: Telefone: 79 99995-5253

HISTÓRICO

Relata a noticiante, MICHELLE EVANGELISTA PINTO (Nº DE REGISTRO DA CNH: 06488602939) que na data e local acima citados, estava conduzindo sua moto (HONDA/BIZ 125, PLACA QKV8680, RENAVAM 01082540994, ANO FAB/MOD. 2016, COR BRANCA). QUE, havia restos de construção na rua e que não havia sinalização. QUE, a noticiante, foi desviada dos entulhos e passou por um buraco. QUE, a noticiante perdeu o controle da moto e caiu. QUE, a noticiante foi encaminhada para o Hospital Regional Dr. Pedro Garcia Moreno, apresentando lesão no joelho direito. QUE, a noticiante sentiu-se mal e no dia 12/07/2017 foi para a Clínica SEMEDI e recebeu relatório médico, constatando que a lesão no joelho estava infectada. Esse B.O. foi confeccionado para fins de seguro DPVAT.

Apresentado por Marisa da Silva Santos - 17/08/2017 às 16:08

QUE, a noticiante é proprietária da moto.

CHASSI DA MOTO: 9C2JC4830GR008510

Data e hora da comunicação: 17/08/2017 às 15:05

Responsável pela Alteração: Marisa da Silva Santos

Última Alteração: 17/08/2017 às 16:08.

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Michelle Evangelista Pinto
MICHELLE EVANGELISTA PINTO
Responsável pela comunicação

Marisa da Silva Santos
Marisa da Silva Santos
Responsável pelo preenchimento

SINISTRO 3170471361 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** MICHELLE EVANGELISTA PINTO**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** GVS

CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

BENEFICIÁRIO MICHELLE EVANGELISTA PINTO**CPF/CNPJ:** 03286778508**Posição em 09-11-2017 16:38:55**

Pagamento liberado pela Seguradora Líder DPVAT.

Valor: R\$ 1.687,50

O prazo para recebimento da indenização no banco depende do tempo necessário ao processamento bancário, que é de até 5 dias úteis contados a partir da data de liberação.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacão	Juros e Correção	Valor Total
09/11/2017	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600589

DATA:

22/04/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600589

DATA:

24/04/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Certifique a Secretaria acerca da quantidade de feitos em trâmite patrocinados pelo advogado do autor, trazendo aos autos a consulta extraída do SCP deste Tribunal. Outrossim, certifique-se acerca da existência de ajuizamento de outra ação pelo ora autor.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 201940600589 - Número Único: 0020578-47.2019.8.25.0001

Autor: MICHELLE EVANGELISTA PINTO

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cls.

Certifique a Secretaria acerca da quantidade de feitos em trâmite patrocinados pelo advogado do autor, trazendo aos autos a consulta extraída do SCP deste Tribunal. Outrossim, certifique-se acerca da existência de ajuizamento de outra ação pelo ora autor.

Aracaju/SE, 24 de abril de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA DE ALMEIDA BAYMA VALDIVIA**, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito, em 24/04/2019, às 10:50:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000986848-57**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600589

DATA:

26/04/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

CERTIFICO e dou fé que, em consulta através do SCP-V, localizei uma ação ajuizada pela parte requerente. CERTIFICO TAMBÉM que o Bel. Ricardo Lopes Hage está vinculado a 35 processos e que o Bel. Paulo Henrique de Melo Coelho está vinculado a 52 processos, conforme consultas anexas.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não




Consulta de Processos Por Nome da Parte
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito

Nome da Parte :
CPF / CNPJ : 03286778508

Situação: Todas
Competência: Todas

Local : Todas
Ação: Todas
Tipo de Busca: Iniciado pelo nome da parte
Tipo de Parte: Todas

Dados do Processo		Classe	Competência	Processo
Núm. Processo				
201940600589		Procedimento Comum	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Virtual
Situação		Origem		Distribuição
ANDAMENTO				22/04/2019
Requerente:	MICHELLE EVANGELISTA PINTO		Advogado: PAULO HENRIQUE DE MELO COELHO - 23471/BA	
	Pai: NÃO INFORMADO		Advogado: RICARDO LOPES HAGE - 48114/BA	
	Mãe: NÃO INFORMADO			
	03286778508			
Requerido:	SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT			
	Pai: NÃO INFORMADO			
	Mãe: NÃO INFORMADO			
	09248608000104			

[Imprimir](#) | [Voltar](#)



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Consulta de Processos por Advogado

Gerada em 26/04/2019 - 10:03:28

Processo	Competência	Destino	Data da Distribuição
<u>201952000450</u> [Ícone]	1ª Vara Cível de Itabaiana	Juiz	01/04/2019
<u>201952000445</u> [Ícone]	1ª Vara Cível de Itabaiana	Secretaria	29/03/2019
<u>201952000448</u> [Ícone]	1ª Vara Cível de Itabaiana	Secretaria	01/04/2019
<u>201952000449</u> [Ícone]	1ª Vara Cível de Itabaiana	Secretaria	01/04/2019
<u>201952000488</u> [Ícone]	1ª Vara Cível de Itabaiana	Secretaria	05/04/2019
<u>201952000494</u> [Ícone]	1ª Vara Cível de Itabaiana	Secretaria	08/04/2019
<u>201952000496</u> [Ícone]	1ª Vara Cível de Itabaiana	Secretaria	08/04/2019
<u>201952100399</u> [Ícone]	2ª Vara Cível de Itabaiana	Secretaria	01/04/2019
<u>201952100435</u> [Ícone]	2ª Vara Cível de Itabaiana	Secretaria	05/04/2019
<u>201952100436</u> [Ícone]	2ª Vara Cível de Itabaiana	Secretaria	05/04/2019
<u>201952100444</u> [Ícone]	2ª Vara Cível de Itabaiana	Secretaria	08/04/2019
<u>201952100445</u> [Ícone]	2ª Vara Cível de Itabaiana	Secretaria	08/04/2019
<u>201940600571</u> [Ícone]	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Juiz	19/04/2019
<u>201940600572</u> [Ícone]	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Juiz	19/04/2019
<u>201940600573</u> [Ícone]	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Juiz	19/04/2019
<u>201940600579</u> [Ícone]	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Juiz	22/04/2019
<u>201940600581</u> [Ícone]	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Juiz	22/04/2019
<u>201940600585</u> [Ícone]	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Juiz	22/04/2019
<u>201940600590</u> [Ícone]	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Juiz	22/04/2019
<u>201940600592</u> [Ícone]	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Juiz	22/04/2019

Gerada em 26/04/2019 - 10:03:28

Processo	Competência	Destino	Data da Distribuição
<u>201940600384</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	25/03/2019
<u>201940600394</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	25/03/2019
<u>201940600395</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	25/03/2019
<u>201940600405</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	26/03/2019
<u>201940600435</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	01/04/2019
<u>201940600444</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	01/04/2019
<u>201940600454</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	02/04/2019
<u>201940600489</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	05/04/2019
<u>201940600574</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	20/04/2019
<u>201940600583</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	22/04/2019
<u>201940600584</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	22/04/2019
<u>201940600586</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	22/04/2019
<u>201940600587</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	22/04/2019
<u>201940600588</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	22/04/2019
<u>201940600589</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	22/04/2019

Quantidade de Processos: 35



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Consulta de Processos por Advogado









Gerada em 26/04/2019 - 10:00:35

Processo	Competência	Destino	Data da Distribuição
<u>201911000434</u> 📎	10ª Vara Cível de Aracaju	Distribuidor do Gumersindo Bessa (Aracaju)	22/03/2019
<u>201911300439</u> 📎	13ª Vara Cível de Aracaju	Secretaria	23/03/2019
<u>201911300440</u> 📎	13ª Vara Cível de Aracaju	Secretaria	23/03/2019
<u>201911500452</u> 📎	15ª Vara Cível de Aracaju	Secretaria	23/03/2019
<u>201952000496</u> 📎	1ª Vara Cível de Itabaiana	Secretaria	08/04/2019
<u>201912100480</u> 📎	21ª Vara Cível de Aracaju	Secretaria	23/03/2019
<u>201910200397</u> 📎	2ª Vara Cível de Aracaju	Juiz	23/03/2019
<u>201910200396</u> 📎	2ª Vara Cível de Aracaju	Distribuidor do Gumersindo Bessa (Aracaju)	23/03/2019
<u>201910200398</u> 📎	2ª Vara Cível de Aracaju	Distribuidor do Gumersindo Bessa (Aracaju)	23/03/2019
<u>201910200399</u> 📎	2ª Vara Cível de Aracaju	Distribuidor do Gumersindo Bessa (Aracaju)	23/03/2019
<u>201952100356</u> 📎	2ª Vara Cível de Itabaiana	Secretaria	22/03/2019
<u>201952100363</u> 📎	2ª Vara Cível de Itabaiana	Secretaria	25/03/2019
<u>201952100367</u> 📎	2ª Vara Cível de Itabaiana	Secretaria	26/03/2019
<u>201952100444</u> 📎	2ª Vara Cível de Itabaiana	Secretaria	08/04/2019
<u>201952100445</u> 📎	2ª Vara Cível de Itabaiana	Secretaria	08/04/2019
<u>201910400434</u> 📎	4ª Vara Cível de Aracaju	Distribuidor do Gumersindo Bessa (Aracaju)	22/03/2019
<u>201910500440</u> 📎	5ª Vara Cível de Aracaju	Distribuidor do Gumersindo Bessa (Aracaju)	23/03/2019
<u>201910700415</u> 📎	7ª Vara Cível de Aracaju	Secretaria	23/03/2019
<u>201910800459</u> 📎	8ª Vara Cível de Aracaju	Distribuidor do Gumersindo Bessa (Aracaju)	23/03/2019
<u>201910800463</u> 📎	8ª Vara Cível de Aracaju	Distribuidor do Gumersindo Bessa (Aracaju)	25/03/2019

Gerada em 26/04/2019 - 10:00:35

Processo	Competência	Destino	Data da Distribuição
<u>201910900441</u> 	9ª Vara Cível de Aracaju	Secretaria	23/03/2019
<u>201940600581</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Juiz	22/04/2019
<u>201940600585</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Juiz	22/04/2019
<u>201940600590</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Juiz	22/04/2019
<u>201940600379</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	25/03/2019
<u>201940600380</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	25/03/2019
<u>201940600381</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	25/03/2019
<u>201940600382</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	25/03/2019
<u>201940600384</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	25/03/2019
<u>201940600386</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	25/03/2019
<u>201940600387</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	25/03/2019
<u>201940600389</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	25/03/2019
<u>201940600390</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	25/03/2019
<u>201940600393</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	25/03/2019
<u>201940600394</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	25/03/2019
<u>201940600395</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	25/03/2019
<u>201940600396</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	25/03/2019
<u>201940600397</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	25/03/2019
<u>201940600398</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	25/03/2019
<u>201940600405</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	26/03/2019
<u>201940600406</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	26/03/2019
<u>201940600423</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	28/03/2019
<u>201940600435</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	01/04/2019
<u>201940600436</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	01/04/2019

Gerada em 26/04/2019 - 10:00:35

Processo	Competência	Destino	Data da Distribuição
<u>201940600444</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	01/04/2019
<u>201940600454</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	02/04/2019
<u>201940600489</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	05/04/2019
<u>201940600490</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	05/04/2019
<u>201940600491</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	05/04/2019
<u>201940600574</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	20/04/2019
<u>201940600584</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	22/04/2019
<u>201940600589</u> 	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Secretaria	22/04/2019

Quantidade de Processos: 52



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600589

DATA:

26/04/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600589

DATA:

07/05/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Ao compulsar os autos, verifico que o patrono da parte autora possui inscrição na OAB junto à seccional do Estado da Bahia, não possuindo inscrição suplementar neste Estado. Pois bem. De acordo com o que prevê o art. 10, § 2º, da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e OAB), o advogado que exercer habitualmente a profissão em local diverso do que possui a inscrição principal, deverá promover a inscrição suplementar, sendo considerada atuação habitual aquela que exceda 5 (cinco) causas por ano. De acordo com o que se verifica no documento anexado no dia 25/04/2019, o patrono da parte autora advoga em mais de 5 causas em Sergipe, o que demonstra a habitualidade do causídico no exercício do seu mister neste Estado. Assim, considerando que os presentes autos foram distribuídos no ano de 2019 e que, nesse ano, o patrono da parte requerente atuou em mais de 5 causas, comprovada está a irregularidade no patrocínio da presente causa, ante a falta de capacidade postulatória do seu advogado. Nesses termos, intime-se o patrono da parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove a efetivação da inscrição Suplementar junto a OAB Seccional Sergipe ou para que promova atos diversos a fim de sanar o vício apontado (substabelecimento SEM RESERVA de poderes, p. ex.).

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 201940600589 - Número Único: 0020578-47.2019.8.25.0001

Autor: MICHELLE EVANGELISTA PINTO

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Ao compulsar os autos, verifico que o patrono da parte autora possui inscrição na OAB junto à seccional do Estado da Bahia, não possuindo inscrição suplementar neste Estado.

Pois bem. De acordo com o que prevê o art. 10, § 2º, da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e OAB), o advogado que exercer habitualmente a profissão em local diverso do que possui a inscrição principal, deverá promover a inscrição suplementar, sendo considerada atuação habitual aquela que exceda 5 (cinco) causas por ano.

De acordo com o que se verifica no documento anexado no dia 25/04/2019, o patrono da parte autora advoga em mais de 5 causas em Sergipe, o que demonstra a habitualidade do causídico no exercício do seu mister neste Estado.

Assim, considerando que os presentes autos foram distribuídos no ano de 2019 e que, nesse ano, o patrono da parte requerente atuou em mais de 5 causas, comprovada está a irregularidade no patrocínio da presente causa, ante a falta de capacidade postulatória do seu advogado.

Nesses termos, intime-se o patrono da parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove a efetivação da inscrição Suplementar junto a OAB Seccional Sergipe ou para que promova atos diversos a fim de sanar o vício apontado (substabelecimento SEM RESERVA de poderes, p. ex.).



Documento assinado eletronicamente por **Vânia Ferreira de Barros, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em **07/05/2019, às 13:31:50**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001112519-20**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600589

DATA:

14/05/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Aguarda decurso de prazo.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600589

DATA:

20/05/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor RICARDO LOPES HAGE (48114-BA) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20190516143103482 às 14:31 em 16/05/2019.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



HAGE & COELHO
Advogados Associados

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA
DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJÚ/SE.**

Processo nº 201940600589

MICHELLE EVANGELISTA PINTO, já qualificado nos autos da presente ação, sob o número em epigrafe, vêm respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por seu advogado, requerer a juntada do comprovante de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, seção Sergipe.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Salvador, 16 de maio de 2019.

RICARDO LOPES HAGE
OAB/BA 48.114

End. Avenida Luis Viana, nº 7532, Edifício Cosmopolitan, sala 402, Alphaville 1, Salvador-BA.

📍 Cep: 41.701-005

☎ Tel: (71) 3231-2553

📞 Cel: (71) 99318-9813

✉ Email: hageecoelho.dpvat@gmail.com

Sucesso

Seu pré-cadastro foi realizado com sucesso e o número para acompanhamento é:

26.0000.2019.003678-0

Acompanhe o andamento do seu processo aqui. (<http://www6.oab.org.br/sgd/livre/consulta/processual/direta/precadastro/26.0000.2019.003678-0>)

Para prosseguimento do pedido, você deverá comparecer à seccional munido(a) do formulário de inscrição com a respectiva documentação.

Baixe o formulário de inscrição aqui. (<http://www6.oab.org.br/sgd/livre/visualizador/inscricao/inicial?num=26.0000.2019.003678-0>)

SUPLEMENTAR E TRANSFERÊNCIA

1. Carteira da Ordem de origem para competente anotação
2. Juntar Certidão e fotocópia autenticada do Processo de Inscrição de origem
3. Carteira de Identidade. Obs.: só será necessária se o RG do processo estiver antigo.
4. Comprovante de Residência
5. Título de Eleitor. Obs.: só será necessária se houve alguma alteração como secção, estado, etc., da fotocópia do processo.
6. C.P.F. Obs.: só será necessária se o RG do processo estiver antigo
7. 03 Fotos 3X4 (Fundo Branco e roupa escura – Sexo Masculino de Terno e Gravata)
8. Declaração da Atividade Exercida pelo (a) Candidato (a) Atividade Pública ou Privada.
9. Taxa de Inscrição (Imprima utilizando nosso sistema) (<http://oabsergipe.org.br/taxas>)
10. Publicação do Edital de Inscrição no Diário Oficial DJ
11. Certidão Criminal da Justiça do Estado de Sergipe
12. Certidão Cível da Justiça do Estado de Sergipe
13. Certidão Negativa de distribuição de ações e execuções na Justiça Federal - Tribunal Regional Federal da 5ª Região
14. Certidão da Justiça Eleitoral - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
15. Certidão de Quitação Eleitoral - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
16. Atestado de antecedentes criminais da policia federal
17. Atestado de antecedentes criminais da Secretaria de Segurança Pública de Sergipe

OBS.: Não ter sido condenado por sentença transitado e julgado em processo criminal, salvo por crime que não importe em incapacidade moral.

NOTA:

- Os boletos referentes às taxas de inscrição e Carteira Profissional devem ser retirados via web, utilizando nosso sistema. Clique na sessão **Taxas e Emolumentos** (<http://oabsergipe.org.br/taxas>) no menu à esquerda.
- A publicação do Edital de inscrição no Diário Oficial da Justiça somente ocorrerá após entrega de todos os formulários e documentos na sede da seccional

Homens deverão estar com a vestimenta PALETÓ e GRAVATA.

➔ [Ir para página principal \(/CNAPre/?sF2p%2B%2B24yiTmXGMcudVEww%3D%3D\)](/CNAPre/?sF2p%2B%2B24yiTmXGMcudVEww%3D%3D)



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600589

DATA:

21/05/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que, a parte autora manifestou-se tempestivamente.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600589

DATA:

21/05/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600589

DATA:

24/05/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Cls. A Lei n. 8.906/94 impõe aos advogados, além do dever da inscrição principal (caput do art. 10), o da inscrição suplementar no Conselho Seccional em cujo território venha a exercer com habitualidade a profissão (caracterizando tal habitualidade como a intervenção judicial que exceder de cinco causas por ano, a teor do que determina o art. 10º, §2º). Não obstante, os atos produzidos por advogado que não obedece a necessidade de inscrição suplementar não são nulos. Constitui, portanto, mera infração administrativa ou disciplinar, não inabilitando o profissional ou tornando nulos os atos processuais por ele praticados. Assim, reputo regular a representação processual. Outrossim, como o documento apresentado à fl. 48 não comprova a inscrição suplementar solicitada por este juízo, mas apenas protocolo de requerimento, expeça-se ofício à OAB/SE informando acerca da irregularidade cadastral do causídico a fim de que tome as providências que entender necessárias. Destarte, por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 201940600589 - Número Único: 0020578-47.2019.8.25.0001

Autor: MICHELLE EVANGELISTA PINTO

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cls.

A Lei n. 8.906/94 impõe aos advogados, além do dever da inscrição principal (caput do art. 10), o da inscrição suplementar no Conselho Seccional em cujo território venha a exercer com habitualidade a profissão (caracterizando tal habitualidade como a “*intervenção judicial que exceder de cinco causas por ano*”, a teor do que determina o art. 10º, §2º).

Não obstante, os atos produzidos por advogado que não obedece a necessidade de inscrição suplementar não são nulos. Constitui, portanto, mera infração administrativa ou disciplinar, não inabilitando o profissional ou tornando nulos os atos processuais por ele praticados. Assim, reputo regular a representação processual.

Outrossim, como o documento apresentado à fl. 48 não comprova a inscrição suplementar solicitada por este juízo, mas apenas protocolo de requerimento, expeça-se ofício à OAB/SE informando acerca da irregularidade cadastral do causídico a fim de que tome as providências que entender necessárias.

Destarte, por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil.

A petição inicial encontra-se em conformidade com o artigo 319 do CPC, não sendo caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição. Assim, DETERMINO que a Secretaria providencie data para realização da audiência preliminar de conciliação diretamente no Sistema de Controle Processual. Ressalto que não se faz mais necessária a remessa dos autos, uma vez que ocorrera migração do Sistema do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para o Sistema de Controle Processual (SCP), devendo a Secretaria providenciar a data de realização da audiência diretamente na pauta do CEJUSC.

Cite-se e intime-se a ré para comparecer à aludida audiência, ficando ciente de que em caso de desinteresse na autocomposição, deverá informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º, CPC).

Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (art. 335, caput e inciso I, do CPC).

Na hipótese de não haver audiência – por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (art. 334, § 4º do CPC), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (art. 335 do CPC).

Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, do CPC).

Ficam as partes advertidas de que o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC) e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (art. 334, §10, do CPC).

Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania/CEJUSC o disposto no art.334, caput e § 3º, do CPC, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

Aracaju/SE, 23 de maio de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Rômulo Dantas Brandão, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 24/05/2019, às 11:29:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001287022-35**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600589

DATA:

05/06/2019

MOVIMENTO:

Audiência

DESCRIÇÃO:

Audiência de Conciliação/Mediação - Art 334 do CPC designada para o dia 05/07/2019, às 11h:45min, a ser realizada no(a) Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: [PR FGB] Pauta Conciliação PROCESSUAL 03.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600589

DATA:

05/06/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

CARTA DE CITAÇÃO EXPEDIDA 201940602904

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600589

DATA:

05/06/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

ofício 201940602906 expedido. aguarda conferência e assinatura.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600589

DATA:

05/06/2019

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 201940602906 do tipo OFÍCIO DE (assinante juiz) [TM3001,MD2027]

{Destinatário(a): OAB/SE}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Fórum Gumersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N
Bairro - Capucho Cidade - Aracaju
Cep - 49080-901 Telefone - 3226-3508

Normal(Justiça Gratuita)



201940602906

PROCESSO: 201940600589 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0020578-47.2019.8.25.0001
NATUREZA: Procedimento Comum
REQUERENTE: MICHELLE EVANGELISTA PINTO
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Prezado(a) Senhor(a),

Através do presente, () DETERMINO ou () SOLICITO que seja cumprida a finalidade abaixo transcrita:

Finalidade: Venho pelo presente, informar à OAB/SE acerca da irregularidade cadastral do causídico, Ricardo Lopes Haje, a fim de que tome as providências que entender necessárias.

Em caso de resposta ao presente ofício, favor mencionar o número deste processo.

Atenciosamente/Respeitosamente,

Destinatário

Nome: OAB/SE

Endereço: Avenida Ivo do Prado, , 1072

Bairro: São José

Cidade: Aracaju - SE

CEP: 49015070

[TM3001, MD2027]



Documento assinado eletronicamente por **Rômulo Dantas Brandão, Magistrado(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 05/06/2019, às 11:07:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001402460-03**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600589

DATA:

05/06/2019

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 201940602901 do tipo (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência [TM4145,MD150]

{Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Fórum Gumersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N
Bairro - Capucho Cidade - Aracaju
Cep - 49080-901 Telefone - 3226-3508

Normal(Justiça Gratuita)



201940602901

PROCESSO: 201940600589 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0020578-47.2019.8.25.0001
NATUREZA: Procedimento Comum
REQUERENTE: MICHELLE EVANGELISTA PINTO
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

Finalidade: Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

Despacho: Cls. A Lei n. 8.906/94 impõe aos advogados, além do dever da inscrição principal (caput do art. 10), o da inscrição suplementar no Conselho Seccional em cujo território venha a exercer com habitualidade a profissão (caracterizando tal habitualidade como a intervenção judicial que exceder de cinco causas por ano, a teor do que determina o art. 10º, §2º). Não obstante, os atos produzidos por advogado que não obedece a necessidade de inscrição suplementar não são nulos. Constitui, portanto, mera infração administrativa ou disciplinar, não inabilitando o profissional ou tornando nulos os atos processuais por ele praticados. Assim, reputo regular a representação processual. Outrossim, como o documento apresentado à fl. 48 não comprova a inscrição suplementar solicitada por este juízo, mas apenas protocolo de requerimento, expeça-se ofício à OAB/SE informando acerca da irregularidade cadastral do causídico a fim de que tome as providências que entender necessárias. Destarte, por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil.

Data e horário da audiência: 05/07/2019 às 11:45:00, **Local:** CEJUSC - FÓRUM GUMERSINDO BESSA

Advertência: O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

Qualificação da parte ré:

Nome: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência: Rua Senador Dantas, (5º Andar), 74
Bairro: Centro
CEP: 20031205
Cidade: Rio de Janeiro - RJ - RJ

Ilmº (a) Sr(a)

Nome: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência: Rua Senador Dantas, (5º Andar), 74
Bairro: Centro
CEP: 20031205
Cidade: Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM4145, MD150]



Documento assinado eletronicamente por **ANNA KARINE SILVA NASCIMENTO**,
Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Vara de Acidentes e Delitos de
Trânsito, em 05/06/2019, às 12:09:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico
www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento
do número de consulta pública **2019001404224-77**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600589

DATA:

17/06/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Comprovante de Entrega Carta nº 201940602906, conforme arquivo em anexo. Objetivo: Atingido

{Destinatário(a): OAB/SE}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
 Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
 Fórum Gumerindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N
 Aracaju - SE



201940602906



Correios CE

COMPROVAÇÃO DE ENTREGA
 REMESSA LOCAL

UNIDADE DE ENTREGA
 DATA DE RECEBIMENTO

DESTINATÁRIO

OAB/SE

Avenida Ivo do Prado nº 1072. São José.

49015070 - Aracaju - SE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO CE

FGB - Supervisão de Protocolo de Correspondência

Fórum Gumerindo Bessa - Av. Pres. Tancredo Neves, s/n,

49081-901 - Aracaju/SE



TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ : ____h

2ª ____/____/____ : ____h

3ª ____/____/____ : ____h

Referente ao processo de nro. 201940600589 (Físico)

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- ☐ 1 Mudou-se
- ☐ 2 Endereço insuficiente
- ☐ 3 Não existe o número
- ☐ 4 Desconhecido
- ☐ 9 Outros: _____

- ☐ 5 Recusado
- ☐ 6 Não procurado
- ☐ 7 Ausente
- ☐ 8 Falecido

RUBRICA E MATRÍCULA DO

CARTEIRO

Antônio Rodrigues Lima
Carteiro
 Matr. 8.726.451-7

☐ Informação prestada pelo porteiro ou síndico. ☐ Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Joyce Meneses Santos

Assistente de Processos

OAB/SE - Matr. Nº 47-3

DATA DE ENTREGA

10/06/2019

p. 63

Delitos de
 Tancredo



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600589

DATA:

25/06/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Aviso de Recebimento de AR Digital nº 201940602901, conforme arquivo em anexo. Objetivo: Atingido

{Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Digital



DESTINATÁRIO

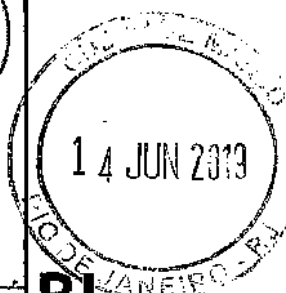
SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Rua Senador Dantas nº 74, (5º Andar). Centro.

20031205 - Rio de Janeiro - RJ

AR819380735SG



CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR - Centralizador Regional

BI

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OU INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO CLIENTE - OPCIONAL)

Referente ao processo de nro. 201940600589 e mandado nro. 201940602901

TENTATIVAS DE ENTREGA		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
1ª _____:	ATENÇÃO: Após a 3ª tentativa, devolver o objeto.	<input type="checkbox"/> 1 Mudou-se	<input type="checkbox"/> 5 Recusado	<i>Wagner Ribeiro de Santana</i> Matr: 8.313.775-0
2ª _____:		<input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente	<input type="checkbox"/> 6 Não procurado	
3ª _____:		<input type="checkbox"/> 3 Não existe o número	<input type="checkbox"/> 7 Ausente	
		<input type="checkbox"/> 4 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Falecido	
ASSINATURA DO RECEBEDOR		18 JUN 2019		DATA DE ENTREGA
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR		BILCA DE SOUZA CRUZ VIEIRA RG: 20.993.830-7		Nº DOC. DE IDENTIDADE